

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



A presença das crianças migrantes nas escolas de Balneário Camboriú (SC): um encontro sociocultural entre os pares.

Rosana da Silva machado¹

machadorosana75@gmail.com

Universidade do Vale do Itajaí — UNIVALI

Ana Cláudia Delfini²

anacladia.univali@gmail.com

Universidade do Vale do Itajaí — UNIVALI

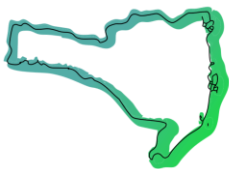
RESUMO

Este artigo é um recorte de uma Tese em andamento, vinculada ao Programa de Pós – Graduação em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí e alinhada ao Grupo de Pesquisa Educação e Trabalho. A pesquisa pretende investigar como as crianças migrantes interagem entre si e com as crianças brasileiras em dois Centros Educacionais Municipais — CEM no município de Balneário Camboriú — SC/ Brasil. O estudo está fundamentado na Sociologia da Infância e dialoga também com os Estudos das Relações Raciais. A pesquisa é do tipo qualitativa de cunho etnográfico e tem como sujeitos(as) as crianças migrantes, as brasileiras e os/as docentes inseridos(as) no (micro) contexto pesquisado. Os instrumentos que darão suporte à pesquisa serão: observação participante, conversas informais com as crianças e educadores, diário de campo, captura de imagens por fotografia e desenhos feitos pelas crianças. De maneira geral, os estudos têm apontados os inúmeros desafios e tensões que os processos migratórios transnacionais apresentam, tanto para os sujeitos que migram, como para as comunidades que recebem os grupos migrantes. Na escola, as presenças estrangeiras causam enfrentamentos e estranhamentos — como apontados principalmente pelas pesquisas científicas — colocando em evidência na esfera escolar, a importância de uma educação antirracista e intercultural.

Palavras-chave: Crianças migrantes. Escolas. Diversidade étnico – racial e cultural. Sociologia da Infância.

ABSTRACT

This article is an excerpt from a thesis in progress, linked to the Postgraduate Program in Education at the University of Vale do Itajaí and aligned with the Education and Work Research Group. The research aims to investigate how migrant children interact with each other and with Brazilian children in two Municipal Educational Centers - CEM in the municipality of Balneário Camboriú - SC / Brazil. The study is based on the Sociology of Childhood and also dialogues with Race Relations Studies. The research is qualitative and ethnographic in nature and its subjects are migrant children, Brazilian children and the teachers who are part of the (micro) context being researched. The instruments that will support the research will be: participant observation, informal conversations with the children and teachers, a field diary, capturing images through photography and drawings made by the children. In general, studies have pointed out the countless challenges and tensions that transnational migratory processes



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



present, both for the individuals who migrate and for the communities that receive the migrant groups. At school, foreign presences cause confrontations and estrangement - as pointed out mainly by scientific research - highlighting the importance of anti-racist and intercultural education.

Key-words: Migrant children. Schools. Ethnic racial and cultural diversity. Sociology of childhood.

INTRODUÇÃO

As movimentações de pessoas entre diversas regiões do globo sempre ocorreram ao longo da história da humanidade. Os fluxos migratórios são gerados por perseguições, adversidades, desejos, planos de vida, reunificações familiares, guerras, desastres ambientais, crises políticas, econômicas, sociais, etc. Os fenômenos migratórios são dinâmicos e flutuantes e constituídos por variadas configurações e tipologias. Como pontua Zeila Demartini (2021), os fluxos migratórios são compostos por sujeitos de origens e culturas diversas e, “são as experiências desses diferentes migrantes que as ciências sociais tentam apreender e analisar, visando também a elaboração de propostas para os problemas dos sujeitos envolvidos” (Demartini 2021, p. 371).

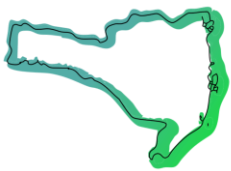
Na atualidade, o número de crianças, acompanhadas ou não, que cruzam fronteiras internacionais em busca de refúgio humanitário cresceu significativamente na última década. Além desses fatores sociais acima citados, essas crianças ao chegarem a seus destinos, muitas vezes provisórios, também têm suas presenças rejeitadas pelos países receptores, sejam por questões políticas e/ou por racismo ou xenofóbicas. Essas situações acabam por desconsiderar, aquilo que a Convenção sobre os Direitos das Crianças — CDC denomina de *o melhor interesse da criança* (BHABHA, 2014). Isto porque, segundo essa autora, as escolas, os hospitais e outras instituições de prestação de serviços das cidades recebem o impacto massivo da migração que, inevitavelmente, se infiltra no tecido da vida cotidiana local, alterando sua estrutura social que, na maioria das vezes, não está preparado para vivenciar o fenômeno, como o caso da cidade de Balneário Camboriú-SC, lócus desta pesquisa.

A cidade de Balneário Camboriú, conhecida nacionalmente por seu potencial turístico e com um mercado imobiliário em constante expansão que move a sua economia, não poderia deixar de ser sinônimo de oportunidades para os (as) migrantes que estão em busca de melhores condições de vida. Nos últimos anos o número de migrantes haitianos(as) e também venezuelanos que chegam a cidade, têm crescido significativamente. Com isto, o número de crianças migrantes vem aumentando a cada dia e as famílias migrantes partem em busca de vagas na rede pública de ensino, seja para creches ou escolas. Desde 2013, anterior a lei de migração, a Secretaria de Educação do município tem inserido essas crianças migrantes nas creches e escolas em cumprimento à garantia de seus direitos, visto que as crianças estrangeiras têm seus direitos assegurados na Lei de Migração 13.445/2017, na qual, um dos princípios de garantias é o acesso à educação (BRASIL, 2017). Sobre os princípios e garantias aos direitos educacionais destinados às crianças migrantes, as autoras Alexandre e Abramowicz (2017) afirmam que:

Ao serem matriculadas nas instituições escolares, elas têm todo o direito à aprendizagem, a professores qualificados e com garantias de permanecer nesse espaço com dignidade. A situação de estrangeiro e migrante não deve ser impedimento da criança ser inserida no processo educativo, pois migrar é um direito (Alexandre e Abramowicz 2017, p. 185).

Considerando isto, a tese em andamento¹ parte da seguinte problemática: Como as crianças migrantes interagem entre si e com as crianças brasileiras em dois Centros Educacionais Municipais –

¹ A tese em andamento, está na fase inicial de preparação para ser submetida ao Comitê de Ética.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



CEM no município de Balneário Camboriú — SC/ Brasil. Para responder essa questão, formulou-se o objetivo geral que visa investigar como as crianças migrantes interagem entre si e com as crianças brasileiras em dois Centros Educacionais Municipais – CEM no município de Balneário Camboriú — SC/ Brasil. Os objetivos específicos são: investigar como a escola, que se configura como um espaço plural e diversificado culturalmente, lida com as diferenças e as dificuldades surgidas ao se deparar com os diferentes, no caso, os (as) migrantes haitianos(as) e venezuelanos (as); analisar como as crianças migrantes estão ressignificando suas identidades culturais no contexto migratório; observar como essas crianças que vivem sua infância em contextos socioculturais tão diversos (re)produzem culturas infantis na relação que estabelecem com os seus pares no espaço escolar.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Este estudo tem como aporte teórico a Sociologia da Infância, que compreende a infância um conjunto de outras variáveis como classe, gênero, etnia, raça. Ou seja, reconhece a infância como uma construção social, histórica e cultural; e consideram as crianças como atores sociais e sujeitos de direitos, que interagem ativamente nas realidades culturais por elas vivenciadas.

De acordo com Montandon (2001) os (as) pesquisadores(as) que se orientam na Sociologia da Infância buscam romper com as abordagens clássicas da socialização, que deu origem à visão tradicional da criança como um ser passivo em seu processo de socialização, um ser em devir (em relação ao que se tornará no futuro) e centram suas pesquisas sobre as crianças como atores sociais. Antes do surgimento dos Estudos Sociais da Infância, a criança era amplamente percebida como uma presença ausente no campo sociológico, elas estavam presentes nas pesquisas, mas eram os adultos quem por elas falavam. Ou seja, a criança não era reconhecida como tendo qualquer forma de protagonismo social e não era considerada um objeto conceitual legítimo de estudo na reflexão sociológica (Nogueira, 1995).

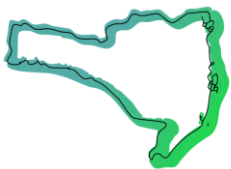
No entanto, nos anos 80, um novo paradigma de investigação emergiu, e as crianças passaram a ser vistas como sujeitos ativos e socialmente construídos. Nesse sentido, Maria Alice Nogueira aponta que “[...] há um deslocamento no olhar sociológico, o que quer dizer que o olhar sociológico vai se deslocar das macroestruturas, e vai se depositar nas microestruturas” (Nogueira, 1995, p. 32). Esse deslocamento visa compreender de forma mais detalhada e aprofundada os processos sociais que ocorrem nas microestruturas, em níveis menores, reconhecendo a importância das pesquisas que adotam a etnografia para conhecer os fenômenos da sociedade.

As contribuições trazidas pela Sociologia da infância e pela Antropologia da Criança tem nos permitido, assim, pensar a criança como também sujeito e ator social do seu processo de socialização, isto é, como também protagonista e não apenas como ser passivo no processo educacional. Considerar a criança como ator social é considerá-la parte da cultura, assim como sujeitos de qualquer faixa etária. De modo mais amplo, significa simplesmente reconhecer a criança como um ser humano e, portanto, como ser social.

Para refletir sobre as singularidades das crianças migrantes, em especial as haitianas, esta pesquisa também tece diálogos com o campo das relações étnico-raciais e infância. Este campo vem se constituindo desde a década de 1950² e ganhou solidez e amplitude a partir da redemocratização do Brasil nos anos 80. Em decorrência desse marco histórico, a infância negra, que antes era vista de forma homogênea, emerge principalmente nas pesquisas educacionais e no campo jurídico, que “passam a evidenciar as desigualdades existentes entre as crianças pertencentes aos diferentes grupos étnicos raciais”, demonstrando os impactos do racismo na infância negra (Teodoro, 2023, p. 8).

No entanto, Cíntia Cardoso (2021) pesquisadora das expressões da Branquitude na Educação Infantil brasileira, assim como outros(as) autoras nesse campo, nos convida a tecer reflexões sobre as

² Foram as pesquisas das autoras Virginia Leone Bicudo e Aniela Ginsberg que inauguraram esse campo epistemológico sobre questões raciais e infância no Brasil.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



articulações da Sociologia da Infância e os Estudos das Relações Raciais, quando a autora indaga na sua pesquisa a não racialidade das crianças brancas na SI, a autora considera que:

[...] o campo da Sociologia da Infância, que embora nas últimas décadas tenha ampliado a forma de compreender a criança e suas infâncias, tratou eminentemente de uma produção em berço europeu (Portugal, EUA, França), que quando abordam a questão racial a referência é a população negra, indígena, entre outras. Mas não racializam a população branca e desconsideram que as crianças brancas também vivem a sociedade racializada e são beneficiárias (Cardoso, 2021, p. 29).

Para essa autora, embora a SI ocupe um espaço de discussões e debates acadêmicos internacionalmente e a partir de diferentes contextos sociais e regionais, a discussão da criança como ator social e não passiva da socialização adulta, tratou de uma infância a partir do referencial europeu, em lugar que o racismo se difere do contexto brasileiro (Cardoso, 2021). A autora pontua que nas instituições de Educação Infantil, muitos são os privilégios materiais e simbólicos que beneficiam as crianças brancas em detrimento das crianças negras e de outras etnias e as crianças brancas não são racializadas, ao contrário são referência do belo e o aceitável, isto reflete de forma direta e também subjetiva na constituição das identidades raciais das crianças migrantes e das negras brasileiras.

A este respeito, Míghian Nunes (2016, p. 388) afirma que [...] sendo raça uma categoria utilizada no cotidiano de nossas relações sociais, não é possível olhar as infâncias — estas sempre plurais e em contextos — desconsiderando as formas como a raça está presente nos processos sociais de constituição da pessoa”.

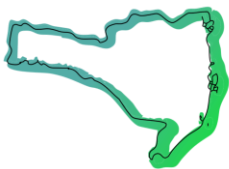
Nesse sentido, as articulações dos estudos sobre as relações raciais e infâncias tem contribuído para a compreensão das múltiplas experiências infantis, como também, para denunciar a existência do racismo, preconceito, discriminação, xenofobia e sexismo na educação, para denunciar a urgência de formação continuada sobre a temática das relações raciais e também para ampliar a compreensão de como as crianças constituem suas identidades e vivenciam suas infâncias na geografia brasileira.

Os resultados de pesquisas, os engajamentos das militâncias do movimento negro, os documentos norteadores e as políticas públicas voltadas para uma educação de qualidade e equânime, apontam a urgência de se pensar as multiplicidades de infâncias brasileiras (meninas e meninos, brancos, negros, indígenas, quilombolas, sem-terra, migrantes entre outros); os documentos normativos e as pesquisas abordam as questões raciais, no entanto, o que queremos chamar a atenção neste estudo é a necessidade de racializar também as crianças brancas e pensar essa dimensão a partir da SI (Cardoso, 2021).

Pensar uma Nova Sociologia da Infância requer considerar a raça uma dimensão da infância e realizar um exercício de desconstrução sobre a desracialização dos sujeitos brancos, percebe-se em muitas dessas produções uma homogeneização e universalização ao compreender as infâncias (Cardoso, 2021, p. 40)

Segundo Almeida (2018, p. 41) “o racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. A escola reforça as percepções presentes na sociedade do ser negro e branco, apresenta “um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças à bondade de brancos conscientes”. O racismo que está presente na sociedade se (re)produz na escola e, ao mesmo tempo também é silenciado.

Estudos apontados por Cavalleiro (2000, p. 98) afirmam que o silêncio que permeia os “conflitos étnicos na sociedade é o mesmo que sustenta o preconceito e a discriminação no interior da escola”. Do mesmo modo, Santiago (2014, p.12) destaca que, não sendo as culturas infantis independentes da cultura adulta e suas relações de poder, assim como das opressões e desigualdades



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



sociais, elementos como o “racismo, opressão de classe, homofobia, machismo, também podem estar presentes nas inúmeras relações produzidas pelas crianças.”

Na infância de Cida Bento (2022) ela relata que a escola não era um dos ambientes mais acolhedores para as crianças negras e os professores foram os principais responsáveis pela sua sensação de não pertencimento, do não afeto, da não inteligência, da não fala afetuosa. Mas ela percebia o tratamento diferenciado de professores e professoras ao enaltecerem os esforços das crianças brancas. Essa *infância* de Cida bento, ainda é realidade e faz parte do cotidiano escolar das crianças negras, migrantes, quilombolas, ribeirinhas... e as crianças brancas, ainda não são racializadas e conscientizadas de seus privilégios.

Nesse sentido, Nilma Lino Gomes (2019, p. 203) afirma, que a ausência de discussões sobre questões raciais no contexto escolar, corrobora para que as representações negativas sobre os corpos negros sejam ensinadas e reforçadas. Para a autora, “a escola impõe padrões de currículo, de conhecimento, de comportamento e, também, de estética”. Para se sentir pertencente, as crianças negras têm que se enquadrar o mais próximo da estética branca, torna-se um padrão aceitável não a partir de seu corpo, mas do outro que se diz — de forma implícita ou explícita – o belo.

A este respeito, a autora Audre Lorde (2019) em um capítulo do livro *Pensamentos Feminista: conceitos fundamentais*, lança provocações para se pensar uma educação antirracista de responsabilidade de tanto de pessoas negras, quanto de brancas para a superação das desigualdades raciais, a autora pontua que as crianças [negras] desde a mais tenra idade precisam aprender a conviver com a diferença e que elas não têm de se encaixar em um padrão de igualdade, normatizador existentes na sociedade. Em sua fala a autora direciona provocações ao povo negro para lançar a responsabilidade à população branca a respeito de seus atos opressores, ela afirma que:

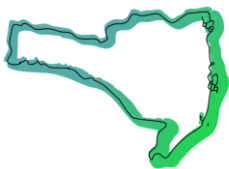
[...] cabe ao oprimido [povo negro] ensinar ao opressor [povo branco] seus erros. Eu sou responsável pela educação de professores que desprezam a cultura de meus filhos na escola. Nós, pessoas negras e do Terceiro Mundo, temos de educar pessoas brancas acerca da nossa humanidade. [...]. Os opressores mantêm sua posição e fogem da responsabilidade.

Na pesquisa os resultados apontaram que de maneira geral, nas instituições infantis, as crianças haitianas são percebidas e recebidas pelos docentes como diferentes, e essa diferença é enfatizada pela cor da pele e demais traços fenotípicos, pelos cabelos trançados, e pela língua que falam (crioulo) (Alexandre, 2019; Machado, 2020). As crianças negras e migrantes, assim como as negras brasileiras, são vítimas do discurso de igualdade, também presente nas escolas, que silencia as situações de racismo, preconceito, discriminação ou xenofobia vivenciadas nesses espaços.

METODOLOGIA

A etnografia é uma metodologia de pesquisa que se originou na antropologia e que envolve a imersão do pesquisador em um ambiente social específico para compreender as práticas culturais e as interações das pessoas que vivem nesse contexto. No mesmo período em que a SI emergia no cenário científico e recomendava a etnografia como um método adequado para os estudos da infância, conjuntamente, dentro da própria Antropologia, críticas sobre ao modo clássico de fazer etnografia estavam sendo tecidas (Marchi, 2018).

Esse movimento, [...] interrogava sobre os limites da capacidade do antropólogo-etnógrafo de conhecer o Outro e criticava a autoridade etnográfica, pelo fato de a etnografia ser um monólogo no qual a única voz era a do pesquisador que falava em nome dos membros de determinado povo ou cultura (Marchi, 2018, p. 728).



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



A partir da desconstrução clássica e monológica de se fazer etnografia, o método passou a ter um caráter reflexivo, dialógico e polifônico, como conhecemos hoje. A mudança central se pautou na questão da voz, nesse momento, o foco passa a estar em quem fala e de onde se fala. Nas palavras da autora, pensar a “relação de poder entre pesquisador e pesquisado e a consideração das diversas vozes (polifonia) presentes no campo da pesquisa vai incidir diretamente sobre as pesquisas etnográficas realizadas com crianças a partir da década de 90 do século XX” (Ibidem, p.728), quando surge a SI.

No entanto, no interior da SI muito os são os desafios e entraves que a pesquisa com crianças propõe, sendo que a principal questão se refere ao “desafio de considerar as crianças atores sociais plenos” (Delgado e Muller, 2005, p. 351), pois, como visto, durante muito tempo as pesquisas que tinham a criança e a infância como objetos de estudo, privilegiavam a análise macro sociológica e era o adulto quem falava sobre e pelas crianças. A partir do novo paradigma sobre os estudos sociais da infância e as novas perspectivas de análises (micro sociológica), a etnografia passou a ser a metodologia adequada para ouvir a voz das crianças, compreendidas, a partir desse novo paradigma, como atores sociais, capazes de criar e modificar culturas, de modo a se tornarem protagonistas do processo investigativo. A etnografia como metodologia de pesquisa com crianças possibilita focar suas vozes, olhares, experiências, e a escuta de seus pontos de vistas.

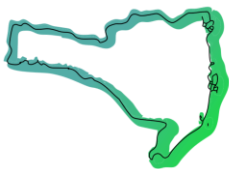
No que diz respeito a isto, Marchi (2018) nos convida a refletir sobre o sentido duplo e sobreposto ao termo *dar voz as crianças*. Um sentido está relacionado a postura política do pesquisador para olhar as crianças, minoria sociológica e historicamente ausentes nas pesquisas até a emergência da SI, quando se torna objeto conceitualmente autônomo e o outro sentido se aplica em considerar “a participação das crianças nas pesquisas e ouvir o que elas têm a dizer sobre seus modos de pensar e agir”. Sobre esse sentido duplo a autora acima citada afirma que:

[...] deve-se considerar, em primeiro lugar, que não se trata de dar (conceder, permitir) voz, e sim de reconhecer a existência de diferentes vozes presentes no campo da pesquisa. Lembrando que, no caso das crianças — em especial as pequenas —, essa voz não é nem só nem necessariamente verbal, devendo o pesquisador se abrir para a escuta e a observação das suas diversas formas de expressão. Em segundo lugar, dar voz não significa mais falar em nome do outro, como no modelo monológico das etnografias clássicas, isto é, não se trata mais de subsumir a voz do(s) outro(s) à voz do pesquisador e seu arcabouço teórico, ainda que essa voz possa ser/estar, politicamente falando, bem intencionada (Marchi 2018, p. 729).

Os autores Ferreira e Sarmiento (2008, p. 77) discorrem ainda, que, no ensejo de dar conta da agência das crianças como “atores sociais, individuais e coletivamente, naquilo que são suas formas comuns de agir no cotidiano e a partir dos seus pontos de vistas” é que se confere a importância das metodologias etnográficas. Segundo Sarmiento (2003, p. 153) o uso do método etnográfico acrescenta uma “outra dimensão: a da natureza sociocultural da investigação”. Para o autor, a etnografia visa;

[...] apreender a vida, tal qual ela é quotidianamente conduzida, simbolizada e interpretada pelos atores sociais, nos seus contextos de ação. Ora, a vida é, por definição, plural nas suas manifestações, imprevisível no seu desenvolvimento, expressa não apenas nas palavras, mas também nas linguagens dos gestos e das formas, ambígua nos seus significados e múltipla nas direções e sentidos por que se desdobra e percorre (Sarmiento, 2003, p.153).

A abordagem metodológica desta pesquisa busca a aproximação do contexto micro social vivenciado pelos sujeitos em um ambiente de educação infantil para compreender seus comportamentos, linguagens e singularidades, no seu ambiente natural. Isto é, para possibilitar entender as crianças por si mesmas, assim como seus professores, compreendendo suas ações por meio da observação direta de suas atividades no cotidiano da instituição infantil. Quanto a isto, o sociólogo Willian Corsaro (2011)



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



discorre que os métodos aplicados no micro contexto social, como entrevistas e as pesquisas etnográficas “são especialmente adequadas para documentar e apreciar relacionamentos e culturas de pares das crianças, e para demonstrar como elas constroem sentido e contribuem para os processos de reprodução e mudança sociais” (Corsaro, 2011, p. 61). Assim, os estudos etnográficos possibilitam ao pesquisador um olhar direcionado e refinado sobre o cotidiano infantil e facilitam perceber as ações e seus significados no dia-a-dia escolar dos atores (crianças e adultos).

Esta pesquisa é do tipo qualitativa de cunho etnográfico, tem como sujeitos(as) as crianças haitianas, as brasileiras e os/as docentes inseridos(as) no (micro) contexto pesquisado. Os instrumentos que darão suporte à pesquisa serão: observação participante, conversas informais com as crianças e educadores, diário de campo, captura de imagens por fotografia e desenhos feitos pelas crianças.

RESULTADOS

Os resultados preliminares deste estudo são oriundos da revisão da literatura, que foi realizada a partir das produções de Teses e Dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para o levantamento das produções delimitou-se um recorte temporal de trabalhos defendidos nos últimos seis anos, entre 2017 a 2022 e utilizado os descritores: “crianças migrantes e escola”. Na busca foi possível encontrar 6 (seis) pesquisas, sendo 4 (quatro) dissertação e 2 (duas) teses que dialogam com a presente pesquisa e que serão apresentados sucintamente.

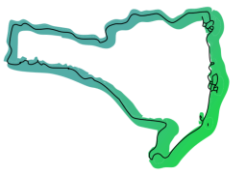
De maneira geral, as crianças migrantes são percebidas pelos (as) docentes e colegas como diferentes e essas diferenças estão explícitas em seus corpos, como cor da pele, cabelos, idioma, etc. A dissertação de Renata Lorzing (2021) intitulada “*Crianças haitianas na educação infantil em Sorocaba — SP*” visou compreender e analisar os processos de acolhimento de crianças haitianas nas instituições públicas de Educação Infantil e traçar qual o papel das brincadeiras nesse acolhimento. Em sua pesquisa a autora realizou um mapeamento das crianças migrantes para aferir o cenário educacional da cidade no que tange às matrículas de crianças estrangeiras, com ênfase, na nacionalidade haitiana. Esses dados quantitativos são de extrema importância para a pesquisa com crianças migrantes, por fornecerem a comunidade escolar e a sociedade, um número aproximado³ de estudantes migrantes/nacionalidades matriculados(as) desde a educação infantil até a Educação de jovens e Adultos — EJA. Também possibilita implementar ou ampliar políticas educacionais para a inserção, recebimento e principalmente dialogar sobre a emergência de ações educativas que abordam a interculturalidade e as relações étnico-raciais nos espaços educativos.

Em seu estudo, a autora destaca que:

[...] Crianças haitianas, assim como as brasileiras, negras, sofrem com o racismo, o preconceito e a discriminação racial por causa da cor de sua pele. Ao adentrar à escola, a criança haitiana, recém chegada ao país, passa pelas dificuldades de comunicação com a língua e, em diversos momentos da sua vida regular, precisa enfrentar também os entraves de ser diferente, pela cultura, pela língua e, ainda, pela cor da sua pele (Lorzing, 2019, p. 40).

A interculturalidade e as relações étnico-raciais são questões que se aproximam deste estudo, tendo em vista, os desafios e tensões que os processos migratórios transnacionais apresentam, tanto para os sujeitos que migram, como para as comunidades que recebem os grupos migrantes. Na escola, as presenças estrangeiras causam enfrentamentos e estranhamentos — como apontados principalmente pelas pesquisas científicas - colocando em evidência na esfera escolar a importância de uma educação

³ As pesquisas sobre migração haitiana apontam que muitas famílias se deslocam com frequência rumo a outras cidades brasileiras ou outros países onde consideram que terão melhores oportunidades de trabalho e vida, esses fluxos são comuns na migração haitiana.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



na perspectiva da antirracista e intercultural, como também a urgência de uma educação que questione as expressões da branquitude na escola.

Seguindo a mesma lógica, Alexandre (2019) em sua Tese intitulada “*A presença das crianças migrantes haitianas nas escolas de Sinop/MT: o que elas visibilizam da escola?*” visou compreender como está ocorrendo à inserção das crianças haitianas nas escolas públicas de Sinop/MT. A autora afirma, que são as diferenças em relação aos cabelos e a cor da pele que racializam as crianças migrantes e as colocam como sendo subalternas em relação às crianças brasileiras e muitas escolas não têm revistos suas as práticas e discursos que racializam e discriminam essas crianças. Tal pesquisa aproxima-se desta investigação, primeiramente, pelo objeto “crianças migrantes haitianas” e a sua inserção nas escolas. Segundo, por compreender e analisar as questões raciais que permeiam as crianças migrantes haitianas, negras e pobres, vindas com seus familiares em busca de uma vida melhor. Diferentemente de crianças migrantes vindas de países do Norte Global⁴, as crianças migrantes haitianas e também as venezuelanas que estão matriculadas na rede de ensino do município de Balneário Camboriú, muitas vezes são tratadas piedosamente ou com certa discriminação.

Silvestre (2022) em sua pesquisa: “*Deficiências e diversidade cultural: experiências educacionais de crianças migrantes internacionais em São Paulo no contexto da pandemia*” realiza um estudo sob a perspectiva do universo educacional em relação ao crescimento do processo migratório latino. Aborda também, a temática das desigualdades e diversidades advindas deste contexto, no qual famílias inteiras precisam deixar seu país, pelas mais diferentes questões e essa realidade tem sido cada vez mais frequentes em nosso país. Neste ponto a pesquisa de Silvestre (2022) apresenta aproximações com este estudo, no que se refere, as formas de como o migrante é visto, aceito ou não pelos moradores cidade que o recebe. A pesquisadora pontua que nem todos os migrantes internacionais foram e, são vistos da mesma forma, ou seja, as características étnico-culturais e raciais são marcadores para essa diferença — principalmente de migrantes vindo do sul global — isto é, são percebidos e recebidos com estranhamentos e certa reprovação pelos brasileiros.

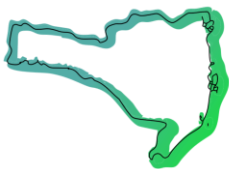
Assim como a cidade brasileira pesquisada (São Paulo / SP), o município de Balneário Camboriú (SC), lócus desta pesquisa, também apresenta um histórico de ser povoado por migrantes brasileiros e descendentes europeus, ou seja, ostenta uma variação expressiva na diversidade cultural motivada por deslocamento humano. A cidade nos últimos cinco anos tem recebido, além dos haitianos muitos venezuelanos, os migrantes — para muitos, não desejados - que aqui chegam e carregam em seus corpos a estigmatização e a deficientização⁵ praticada por muitos moradores (brasileiros) que chegaram na cidade há décadas atrás.

A pesquisa de Silvestre (2022) também aborda sobre a realidade e dificuldade vivida especialmente pelas crianças migrantes em escolas de Educação Infantil no período pandêmico do COVID-19. O estudo analisou como a escola assumiu ou não seu papel no que se refere a inclusão e respeito à diversidade cultural. A pesquisa possibilitou concluir que isso não ocorreu. As práticas pedagógicas específicas foram viabilizadas apenas com o retorno escalonado e progressivo, seguindo os protocolos adaptados. As burocracias documentais, as barreiras linguísticas e a falta de acesso às tecnologias foram uns dos entraves para que a inserção das crianças migrantes ocorresse efetivamente.

Nos trabalhos de Alcubierre (2017) e Silveira (2021) eles pontuam que as crianças migrantes, cada vez mais presentes nas escolas, precisam serem ouvidas, não apenas porque possuem diferenças culturais, mas principalmente, porque precisam ser compreendidas enquanto sujeitos e sujeitas em formação que requerem a constituição de uma identidade que territorializa, não as ignorem e não as coloquem em linha de produção dispostas a se tornarem iguais entre as demais.

⁴ Países do Norte Global ou mundo minoritário (Estados Unidos, Europa, Austrália, Nova Zelândia, Japão e Canadá), países do Sul Global – mundo maioritários (África, Ásia e América Latina).

⁵ Deficientização é um conceito potente para analisar inúmeros paradoxos vividos na intersecção entre xenofobia e aporofobia, nos fluxos que entrelaçam diversidade cultural. O autor faz uso da categoria deficientização na perspectiva antropológica. Ou seja, está fazendo referência ao chamado corpo estranho, ele o faz porque registra intersecções entre deficiências e questões de gênero, classe social, raça, etnia (FREITAS, 2021).



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



Nesse sentido, em seu trabalho Teixeira (2019) discute sobre os impactos interculturais que a presença das crianças migrantes gera nas escolas brasileira, e que os /as docentes não se sentem preparados para lidar com a diversidade cultural que permeia o espaço escolar em contexto migratórios. A autora considera, também, a importância de compreender os processos de interações sociais entre as crianças migrantes e seus pares no espaço educativo, pois, segundo Manuel Sarmento “[...] as crianças não recebem apenas uma cultura constituída que lhes atribui um lugar e papéis sociais, mas operam transformações nessa cultura, seja sob a forma como a interpretam e integram, seja nos efeitos que nela produzem, a partir das suas próprias práticas” (Sarmento, 2000, p.152).

De maneira geral, os estudos têm apontados os inúmeros desafios e tensões que os processos migratórios transnacionais apresentam, tanto para os sujeitos que migram, como para as comunidades que recebem os grupos migrantes. Na escola, as presenças estrangeiras causam enfrentamentos e estranhamentos — como apontados principalmente pelas pesquisas científicas - colocando em evidência na esfera escolar, a importância de uma educação na perspectiva da interculturalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades da Região do Vale do Itajaí/SC, nos últimos dez anos, têm recebido centenas de crianças migrantes que, acompanhadas ou não de seus familiares, estão em busca de oportunidade de vida. Em especial, a cidade de Balneário Camboriú/SC tem sido o destino de muitas famílias haitianas e venezuelanas que em busca de trabalho fixam moradia na cidade. A presença de crianças migrantes nas escolas é crescente e apresenta muitos desafios, nesse sentido, constata-se a emergência de efetivar ações educacionais que garanta uma educação integral que vise o respeito mútuo e abarque as diferenças étnico-raciais e culturais, presentes nas escolas.

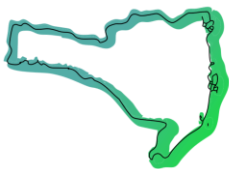
A pesquisa em andamento aponta que de maneira geral as crianças migrantes são percebidas por seus pares e pelos(as) docentes como diferentes e essas diferenças estão relacionados a cor da pele, classe social e cultura. O idioma também é apontado como barreira para que a inserção das crianças migrantes ocorra. Diante disso, consideramos urgente uma escola democrática, justa e plural que “[...] questione as diferenças e desigualdades construídas ao longo da história entre diferentes grupos socioculturais, etnicorraciais, de gênero, orientação sexual, religiosos, entre outros” (Candau, 2020, p. 680). Para isto é preciso descolonizar o ensino e criar propostas curriculares educacionais que se contraponha a escola eurocentrada e o currículo colonial ainda tão naturalizado e profundamente introjetado no nosso imaginário individual e coletivo da sociedade brasileira.

Referências

ALCUBIERRE, Karina Strohhaecker Lisa. **Crianças migrantes: sentidos e memórias da objetividade vivida**. Orientador: Orientadora: Soraya Franzoni Conde. Dissertação (mestrado em educação) - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis/SC, 2017.

ALEXANDRE, Ivone Jesus. **A presença das crianças migrantes haitianas nas escolas de Sinop/MT: o que elas visibilizam da escola?** Orientadora: Anete Abramowicz. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos / SP, 2019.

BHABHA, Jacqueline. **Child Migration and Human Rights in a Global Age**. Princeton: Princeton University Press, [online –Introdução] 2014. Disponível em: <https://press.princeton.edu/books/paperback/9780691169101/child-migration-and-human-rights-in-a-global-age> 2014. Acesso em 10/05/2023.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



BRASIL. LEI 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017. **Institui a Lei de Imigração**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm>. Acesso em 6 de maio de 2023.

CANDAU, V. M. Diferenças, Educação Intercultural e Decolonialidade: temas insurgentes. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 13, n. Especial, p. 678–686, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13nEspecial.54949. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/54949>. Acesso em: 15 maio. 2023.

CARDOSO, Cintia. **Branquitude na educação infantil**: um estudo sobre a educação das relações étnico-raciais em uma unidade educativa do município de Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Educação. UFPR. Curitiba, 2018.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro. Zahar, 2010.

CORSARO, William. **A Sociologia da infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MULLER, Fernanda. **Sociologia da Infância**: Pesquisa com crianças. Educ. Soc., Campinas, Vol. 26, n 91, p. 351-360, maio/ ago. 2005.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Crianças imigrantes: “necessárias”, “invisíveis”, mas “perigosas”. **Revista Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. 43, p. 370-398, jan./jun., 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1980-4512. DOv. 23 n. 43 (2021): Dossiê: Migrações Internacionais e Infâncias. Acesso em: 03 de maio. 2023.

SARMENTO, M. J. Sociologia da infância: correntes, problemáticas e controvérsias. Cadernos do Noroeste, Porto, vol. 13. 2000. p. 145-164.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Imaginário e culturas da infância. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 12, n. 21, 2003.

LORD, Audre. Idade, raça, classe e gênero. Mulheres redefinindo a diferença p. 246-255. In: HOLLANDA, Heloísa B. Pensamento feminista: Conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

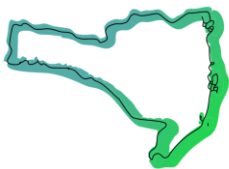
LORZING, Renata de Moura Santos. **Crianças haitianas na educação infantil em Sorocaba - SP (2011-2019)** Orientador: Maria Walburga dos Santos. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba / SP.2021

MARCHI, Rita de Cássia. Pesquisa Etnográfica com Crianças: participação, voz e ética. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 727-746, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v43n2/2175-6236-edreal-43-02-727.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023

MONTANDON, Cléopâtre. Sociologia da Infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n 112, p. 33-60, mar. 2001.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Tendências atuais na Sociologia da Educação**. Leituras & imagens. Florianópolis, UDESC-FAED, 1995. Disponível em <https://sociologiadadaeducacao.noblogs.org/files/2012/09/Maria-Alice-Nogueira.pdf>. Acesso em 10 out 2023.

NUNES, Mighian Danae Ferreira; CORREA, Lajara Janaina Lopes. As crianças negras vistas pela Sociologia da Infância no Brasil: uma revisão da Literatura. **Saber & Educar**, v.21, p. 86-97, 2016.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



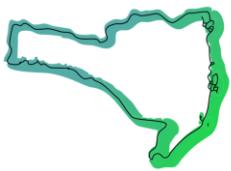
SEYFERTH, Giralda. A estratégia do branqueamento. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro-RJ, V.5, nº 25, p. 55-56, jul./ago. 1986. Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/estrategia-do-branqueamento> Acesso 01 de maio de 2023.

SILVESTRE, Carla Augusta Seixas Carneiro. **Deficiências e diversidade cultural: experiências educacionais de crianças migrantes internacionais em São Paulo no contexto da pandemia**. Orientador: Marcos Cezar de Freitas Dissertação (mestrado). Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Guarulhos /SP, 2022.

SILVESTRE, Carla Augusta Seixas Carneiro. **Deficiências e diversidade cultural: experiências educacionais de crianças migrantes internacionais em São Paulo no contexto da pandemia**. Orientador: Marcos Cezar de Freitas Dissertação (mestrado). Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Guarulhos /SP, 2022.

TEIXEIRA, Mônica de Carvalho **“Mas podia ter coentro”**: crianças migrantes e trajetórias que se encontram. Orientador: Jader Janer Moreira Lopes. (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora/ MG, 2018.

TEODORO, Cristina. Prefácio p. 7-14. In: GOMES, Nilma Lino; ARAÚJO, Marlene (orgs). **Infâncias Negras: Vivências e lutas por uma vida justa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE

